



Barraca virou moradia

Eliane Balke é pescadora há 25 anos em Urussuquara, São Mateus, e conseguia tirar R\$ 2,5 mil por mês com o rio. Ela e o marido, Gilmar Abelina de Jesus, estavam sem dinheiro para pagar o aluguel e passaram a morar em uma barraca de camping.



Sem comida para os filhos

A pescadora Suely Martinelli Ribeiro, de Urussuquara, em São Mateus, conseguia com o trabalho no rio sustentar os dois filhos, de 10 e 4 anos, que moram com ela. Agora, após a tragédia, precisa da ajuda dos vizinhos para ter o que comer.

« Todos os dias o pescador Carlos Roberto Zotteli, de 49 anos, pegava barco, rede e acessórios para ir ao mangue em busca de siri. A cada dia de trabalho ele tinha a garantia de que teria comida no prato, poderia enviar o dinheiro da pensão ao filho e ainda se sentiria útil. No entanto, toda a sua rotina se transformou sem a sua vontade.

Ele foi informado de que a lama de rejeitos da Samarco havia atingido o Rio Doce e chegaria até o mar. Só não imaginou que o desastre ambiental, registrado há um ano, em 5 de novembro de 2015, ganharia proporções ainda maiores. É que a lama de rejeitos foi levada pelo mar até o mangue e também causou prejuízos para os moradores da comunidade de Barra Seca, Linhares, onde mora.

“A casquinha do siri ficou cheia de lama e ninguém mais compra. O problema é que não consegui outra coisa para fazer e estou sem nenhuma renda, dependendo de vizinhos para me alimentar. Também tenho medo de ser preso. Há seis meses não consigo enviar nenhum dinheiro para o meu filho”, afirma.

Carlos Roberto é uma das 4.895 pessoas que também se sentem prejudicadas, mas não são reconhecidas pela Samarco como impactadas porque não estão no âmbito de proibição da pesca, entre Degredo, em Linhares, e Barra do Riacho, em Aracruz.

RECONHECIMENTO

A situação se estende pelas comunidades de São Mateus - Urussuquara, Barra Nova, Campo Grande, Nativo, Ferrugem, Gameleira, São Miguel e Fazen-

Vítimas invisíveis

Cerca de 5 mil pessoas foram afetadas pela lama de rejeitos, mas lutam para ser reconhecidas

Carla Sá carla.sa@redegazeta.com.br

Raquel Lopes rflopes@redegazeta.com.br

Vilmara Fernandes vfernandes@redegazeta.com.br

“
A Samarco não reconhece algumas comunidades como impactadas, pois não estão na área de proibição da pesca”

—
RAFAEL CAMPOS
DEFENSOR PÚBLICO

da Ponta. Já em Linhares estão Barra Seca e Pontal do Ipiranga. Em Aracruz, fazem parte Barra do Sahy e Vila do Riacho.

As comunidades buscam reconhecimento através das Defensorias Públicas da União e do Espírito Santo, e de fóruns formados pela sociedade civil organizada. Essas comunidades alegam que também foram atingidas pelo desastre ambiental e que a lama prejudicou, diretamente, a pesca e outras atividades nas regiões.

Segundo um dos representantes do Fórum Capixaba, Hauley Valim, eles não dependem diretamente do Rio Doce, mas do mangue, do mar e de outros rios. As

comunidades do Sul da Foz - Barra do Sahy e Barra do Riacho, em Aracruz -, se sentiram prejudicadas ainda no início da tragédia.

Já as comunidades da Foz Norte perceberam os impactos com a chegada do outono e inverno, meses após a tragédia. Com isso, eles se uniram e fundaram o Fórum Norte.

Hauley afirma que, durante o verão, eles não se sentiram atingidos porque, com os ventos Leste e Norte, a lama que chegou ao mar ficava na direção do Sul. Mas, quando chegou o inverno, com a predominância do vento e ondulações Sul, os rejeitos foram lançados em direção contrária, ao Norte da foz do Rio Doce.

“Conforme a variação das marés, foram atingidas áreas sob sua influência, como mangue, praias e rios, como o Ipiranga. As comunidades começaram a perceber os impactos, como a morte de moluscos e mariscos. Outro problema é que eles não conseguem comercializar o pescado e ampliaram o consumo do material”, explica Hauley.

PROVAS

Os fóruns auxiliam também no levantamento de informações para que a Defensoria Pública possa atuar na busca de reconhecimento dos impactados.

Segundo o defensor público Rafael Campos, a partir da cons-



FOTOS: FRIDEBERTO OLIVEIRA

Queda de até 83% na receita

▄ A arrecadação vem diminuindo nos municípios capixabas a cada ano e o drama é ainda maior em cidades atingidas pela lama de rejeitos da Samarco, como Colatina, Baixo Guandu e Linhares, ou em município que depende da atividade da empresa, como Anchieta.

Segundo o secretário de Governo de Anchieta, Marcelo Dalbom, os impactos financeiros imediatos foram sentidos diretamente na redução de 83% da arrecadação de ISS referente à operação da própria empresa, aos serviços das empreiteiras e subempreiteiras e ainda às prestadoras de serviços indiretos. Para 2017, a queda da arrecadação será sentida também na participação da cota de ICMS.

“Foram mais de R\$ 48 milhões de arrecadação de ISS em 2015, mas o valor projetado de arrecadação do tributo para 2016 é de pouco mais de R\$ 8 milhões. A paralisação da Samarco pressionou as ações da saúde pública e assistência social, mas no primeiro ano o município absorveu a demanda”, declarou.

O impacto na arrecadação também atingiu municípios afetados pela tragédia. Em Baixo Guandu e Linhares, as prefeituras afirmam que houve diminuição na atividade comercial e isso irá influenciar na arrecadação do ISS e ICMS.

“Tivemos que gastar cerca de R\$ 500 mil com recurso próprio. Em relação à arrecadação, isso vai ser sentido daqui a dois anos, porque o município recebe o ICMS de anos anteriores, mas não é possível calcular valores”, explicou.

Já em Colatina, o prefeito Leonardo Deptulski acredita que a lama trouxe prejuízo para a receita de água do Sanear. “As pessoas ficaram sem consumir água por um tempo e houve diminuição do consumo, tendo perda de R\$ 2,8 milhões desde novembro de 2015”, diz.

Falta comprador para o siri

Morador de Barra Seca, em Linhares, o pescador Carlos Roberto Zotteli, 49 anos, pegava barco, rede e acessórios para ir ao mangue em busca de siri. Mas a pluma de rejeitos do mar foi levada até o mangue e causou prejuízos, atingindo a casca do siri que ele catava para comercializar. Sem outra profissão, chega a faltar comida no prato.



Praias formadas pela seca

Além da lama de rejeitos que encheu a calha, o Rio Doce sofre com outro sério problema, a seca. Ao longo de seu curso no Espírito Santo, há bancos de areia enormes, principalmente em Baixo Guandu e Colatina. “O rio chegou à sua menor vazão há alguns dias, 110 litros por segundo”, diz o prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski. FOTO: Edson Chagas

tatação e denúncia dos moradores, a Defensoria atua para buscar a expansão da área do acordo assinado pela Samarco, União e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que prevê programas socioambientais e socioeconômicos de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem. Isso é o que vai permitir que as comunidades recebam programas que já até estão em andamento pela Fundação Renova.

“No caso das comunidades que compõem o Fórum Norte, estamos buscando com as instituições públicas e a Samarco um entendimento. Cogitamos levar a questão ao Comitê Interfederativo, que tem como uma de suas fun-

ções fiscalizar o cumprimento do acordo. Evidentemente também não descartamos a judicialização da questão”, afirma Hauley.

Para que isso aconteça, a Defensoria Pública está colhendo informações sobre o caso para promover as ações. O defensor Rafael Campos afirma que há um levantamento com fotos, vídeos e relatos com os atingidos, e esperam informações do aspecto técnico dos órgãos ambientais.

Enquanto aguarda reconhecimento, uma das representantes do Fórum Norte, a pescadora Eliane Balke, de 46 anos, e o marido Gilmar Abelina de Jesus, 47, precisaram mudar de vida

na comunidade de Urussuquara, em São Mateus.

Como não conseguem mais pescar, ela e o marido ficaram sem renda e moram em uma barraca de camping nos fundos da residência de uma amiga, que também abandonou o local. Eles sobrevivem sem luz e os objetos ficam todos expostos.

“Eu sou pescadora há 25 anos e conseguia tirar cerca de R\$ 2,5 mil por mês, mas não consigo mais pescar. Não são apenas pescadores que sofrem, mas pessoas que trabalham com gelo, catadores de mariscos, artesãos... São pessoas que agora estão vivendo com a ajuda de parentes, amigos e igrejas nas co-

munidades para conseguir sobreviver”, finaliza.

SAMARCO

A Samarco informou, por meio de nota, que cumpre determinação judicial de informar que a área de proibição da pesca, determinado por precaução pela Justiça Federal de Linhares, limita-se entre Degredo (Linhares) e Barra do Riacho (Aracruz).

A empresa também detalhou que apresentou estudos toxicológicos no processo que informam que não há restrição para consumo do pescado, mas a decisão de liberação da pesca atestando para ausência de risco é do órgão responsável, bem como do Judiciário.

NA LUTA POR JUSTIÇA

4.895 ATINGIDOS

▼ Aracruz

Barra do Riacho - 100
Barra do Sahy - 50

▼ Linhares

Pontal do Ipiranga - 1.500
Barra Seca - 375

▼ São Mateus

Ferrugem - 600
Campo Grande - 520
Urussuquara - 500
Barra Nova - 500
Gameleira - 300
São Miguel - 230
Fazenda Ponta - 110
Nativo - 110

Especialistas em “bico”

Ribeirinhos do Rio Doce buscam ao menos um serviço temporário para completar a renda

« A lama que atravessou o Rio Doce e desaguou no mar levou consigo o sustento de muita gente. Embora a pesca esteja proibida apenas na foz e área marítima próxima, ninguém compra o peixe que sai do rio. Agricultores das margens também não conseguem vender sua produção e comerciantes sofrem com a falta de clientes. Por isso, todo mundo teve que buscar outras fontes de serviço.

“Minha vida mudou completamente. Eu vivia aqui dentro da terra. Tive que buscar um outro emprego”, relata o agricultor Wellington Fontes, 42 anos, de Regência, Linhares, que agora trabalha dirigindo as carretas que levam a água tratada do Rio Pequeno, em Linhares, para abastecer Regência.

A plantação de Wellington foi inundada pelos rejeitos da Samarco. Há um ano, a propriedade estava sob meio metro de lama. Dos 3 mil pés de cacau que ele tinha plantado, nenhum deve dar fruto. Já das 2.300 bananeiras, somente 700 devem produzir. Mas não adianta: as bananas estão apodrecendo ainda verdes.

Acostumado a tirar um lucro de até R\$ 5 mil por mês, ele passou a

sustentar a família com o auxílio da Samarco, de um salário mínimo, o valor de uma cesta básica mais 20% por dependente. Para ter condições de honrar as contas, arranhou o emprego de motorista.

A 170 km dali, na vizinhança do vilarejo em Mascarenhas, Baixo Guandu, todo pescador virou especialista em “bico”. “Tem muita gente parada, buscando trabalho”, diz Luciano Batista, 51, que faz serviços de ajudante de pedreiro.

Do outro lado da vila, Vanda Lopes Rosa, 43, de vez em quando arranja trabalho ajudando a cuidar de crianças na creche. Já seu vizinho, Adroaldo Gonçalves, 59, tentou trabalhar arando a terra de um produtor rural na cidade. Mas aí escabarrrou em outro problema que o Norte do Estado enfrenta: a seca. “Fui lá tentar trabalho. Mas aí não choveu, não teve plantação e me dispensaram”, lembra.

Mesmo recebendo o auxílio da Samarco, a preocupação dos ribeirinhos é não saber até quando o valor será repassado. “O prazo do pagamento é até que se consiga restabelecer as condições na área impactada”, esclarece José Luiz Santiago, gerente executivo dos pro-

“

Fui lá tentar trabalho na terra. Mas aí não choveu; não teve plantação e me dispensaram”

—
ADROALDO GONÇALVES
PESCADOR, 59 ANOS

“

O prazo do pagamento do auxílio é até que se consiga restabelecer as condições na área impactada”

—
JOSÉ LUIZ SANTIAGO
GERENTE DA RENOVA

gramas socioeconômicos da Fundação Renova, entidade que agora cuida dos cadastros. Quanto tempo isso vai levar? “É preciso ter clareza com parâmetros, indicadores que mostrem o que foi realmente reparado. Não é um processo que vai acontecer da noite para o dia”.

SEM PORÇÃO

Teve também quem buscasse uma alternativa em vendas. A pescadora Monique Rodrigues, 30, agora investe mais tempo na lanchonete anexa a sua casa, que já tinha para complementar a renda. Antes vendia porções de peixe pescados no Rio Doce, agora só sanduíches. “Não comemos mais peixe. Tenho saudades de comer um pacumã, um cascudo...”, lembra. Ela também recebe o auxílio da Samarco, mas não é suficiente.

Os pescadores Rosa Alves, 40, e Advaldo Alves, 43, também abriram uma pequena lanchonete em Povoação, Linhares. No caso deles, o negócio ainda está longe de dar algum lucro. Mas serve para não deixá-los “enlouquecer” sem nenhuma atividade. “A gente ia surtar aqui nesse lugar. Pensa... o dia todo dentro de casa”, diz Rosa.



Estado fará nova análise dos peixes

« Uma das maiores dúvidas de quem vive às margens do rio é com relação às análises feitas na água, solo e peixes. Sobre estes, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, coletou exemplares em outubro e fará outra esse mês para encaminhar para o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, que fará novas análises.

As últimas, da Samarco e do Instituto Chico Mendes (ICMBio) em março, mostraram resultados diferentes. A do ICMBio dizia que os peixes estavam contaminados por metais pesados, o que era negado pela empresa.

Ainda não há prazo para divulgação do resultado da nova análise. Além disso, um programa de monitoramento da Renova promete identificar impactos à qualidade do pescado no Rio Doce e no mar.

Quanto a água, ela é monitorada pelo ICMBio e há uma padronização metodológica pelo Comitê Interfederativo que acompanha programas de recuperação do Doce. A Renova também monitora 120 pontos do rio, entre análises semanais e diárias, dependendo do tipo. Os resultados das análises demonstram atendimento aos padrões da qualidade da água no Espírito Santo.

EDSON CHAGAS



Vendendo lanche

“Herdeira” da profissão do pai, a pescadora Monique Rodrigues, de Baixo Guandu, agora investe numa pequena lanchonete: “Tem pescador que ainda tem esperança de voltar a pescar no rio, por isso não vai embora”.

EDSON CHAGAS



Produção perdida

O agricultor Wellington Fontes, de Regência, perdeu quase toda a produção de cacau e banana cuidada por ele e pelo meeiro Waldomiro Santos. Eles ainda tentam recuperar algo.





Esperança depositada em Deus

“Para limpar esta lama aqui só existe um: Deus. Para encher este rio e levar tudo embora. Infelizmente estamos em uma seca, não chove, não drena o rio”, desabafa Adroaldo Gonçalves, 59, ao lado de Adilson Gonçalves e Juvenal Luiz Gomes, 50 (da direita para a esquerda), todos pescadores em Mascarenhas. FOTO: Edson Chagas

Recuperação pode demorar décadas

A contaminação afetou água, vegetação, flora e fauna, que precisam de tempo para se restabelecer

« Quem olha as águas do Rio Doce, em alguns pontos verde e translúcida, imagina logo que ele já está se recuperando dos impactos causados pelo rejeito de mineração da Samarco. Mas basta revolver a água que um gel de lama sobe do fundo, mostrando que a realidade é bem outra.

O rio está sendo alvo de dezenas de pesquisas que visam identificar a melhor forma e o tempo que será necessário para que ele volte a ser saudável. Mas alguns ambientalistas já avaliam que isso vai levar décadas.

É o caso de André Pinheiro de Almeida, que faz mestrado no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, no Rio de Janeiro. Ele pesquisa a contaminação por metais pesados na água utilizada por agricultores familiares. Quase 70% dessas propriedades estão às margens do Doce. “Contaminação por metal pesado é lenta e gradual, não

aparece em um mês”, destaca.

Os primeiros resultados da sua pesquisa apontam para a contaminação com ferro e manganês. E em alguns pontos os níveis estão acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Foi o que encontraram, por exemplo, em um ponto em Colatina, com níveis quase o dobro acima do permitido. “Em alguns locais há tanto metal no solo que as plantas não estão crescendo”, explica Pinheiro.

As propriedades de muitos desses agricultores não foram afetadas diretamente pela lama, mas eles perderam a água do rio para consumo e irrigação. “Lançam mão da água de poços, que estão contaminados”, explica Pinheiro.

O mais preocupante, segundo ele, é que também foram encontradas altas concentrações de manganês em alguns pontos, também superiores aos limites do

Conama. “A contaminação por este metal é a longo prazo e causa sintomas como o de Mal de Parkinson”, relata. E a contaminação pode se dar até pela aspiração da poeira fina da lama, agora seca.

Na avaliação dele, em pouco tempo os agricultores não vão mais conseguir produzir, já que o solo da beira do rio não será mais produtivo. “Em Colatina, produtores se queixavam de raízes apodrecendo até do café”, relata o pesquisador.

Já o professor de Biologia Ricardo Rodrigues, da Universidade de São Paulo (USP), está testando novas espécies e metodologias de plantio para recuperar a vegetação às margens do Doce. “Vão ser usadas espécies de crescimento rápido para ocupar essas áreas, que depois serão enriquecidas com espécies nativas”, explica. Mas a resposta desse trabalho inicial virá em um ano e meio. Só depois será iniciado o plantio efetivo.



ESPÉCIES

Cerca de 200 espécies de peixes viviam no Rio Doce.

Cem foram atingidas diretamente pela lama,

segundo o Departamento de Vertebrados do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e podem ter desaparecido.

Outra pesquisa está sendo desenvolvida pela bióloga Flora Juncá, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Ela avalia a contaminação de metais presen-

tes em girinos. O trabalho está no início, mas o primeiro monitoramento feito no rio constatou a ausência de anfíbios, como as peregrias. “Vamos retornar num período úmido para comprovar”, explica Flora. Os animais podem ter morrido na enxurrada da lama, ou fugiram das margens.

Cerca de 200 espécies de peixes viviam no Rio Doce. Cem foram atingidas diretamente pela lama, segundo o Departamento de Vertebrados do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E podem ter desaparecido.

O grande desafio agora, segundo Roberto Waak, da fundação Renova - responsável pela recuperação dos danos ambientais e socioeconômicos causados ao Doce - será reunir todas as fontes de conhecimento e pesquisas das universidades e instituições. “Queremos ter dinamismo para encontrar as soluções mais adequadas”, assinalou.



Em cima das ruínas da escola do distrito de Bento Rodrigues, devastado pela lama, manifestantes colocaram a palavra “Justiça” e fizeram culto ecumênico

Cruzes para pedir justiça

Um ano depois da tragédia, houve protestos em Minas e no Espírito Santo

≈ Cerca de mil pessoas participaram ontem de uma manifestação no distrito de Bento Rodrigues para lembrar um ano do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, Minas Gerais. Eles caminharam pelo vilarejo e participaram de um culto ecumênico, no qual 19 pessoas se sujaram de lama e carregaram 19 cruzes, numa referência ao número de mortos no maior desastre ambiental do país. Houve protesto também em Colatina, no Espírito Santo.

O grupo que participou do ato em Bento Rodrigues faz parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, que saiu de Regência (ES) na última segunda-feira e percorreu 700 km até chegar à cidade mineira. Ativistas do Greenpeace também participaram do protesto.

Na manifestação, muitos carregavam bandeiras, cartazes e placas, com dizeres como “Bento resiste e luta”. Houve plantio de árvores para homenagear as vítimas. Faixas que formaram a palavra “Justiça” foram colocadas em cima das ruínas

na escola de Bento Rodrigues.

O distrito foi o mais atingido pelo rompimento da barragem de Fundão. O local vai ser inundado para a construção de um dique, que deve conter os rejeitos que ainda estão espalhados na área da barragem que se rompeu. A Samarco se comprometeu a construir um vilarejo em outro lugar escolhido pelos moradores dos locais atingidos.

Houve uma outra manifestação no centro de Mariana pedindo a volta das operações da Samarco. Mariana é uma cidade em que a mineração tem peso na economia e, com o desastre, o desemprego aumentou na região. Desde a tragédia, a empresa não consegue as licenças necessárias para voltar a operar.

À tarde, os manifestantes tocaram uma sirene em frente à sede da empresa, como protesto pela falta da alerta no dia da ruptura. “Vamos deixar essas cruzes aqui fincadas, como em Nagasaki e Hiroshima”, disse o padre Geraldo Barbosa, um dos que celebravam o ato.

Ex-morador de Bento, Antônio Quintão se sujou de lama e ficou de pé em frente aos padres, segurando um cartaz com a imagem de sua casa, que foi destruída. Ele disse que a sujeira é “uma comparação ao estado em que se encontra a comunidade”. Durante a missa, não resistiu e caiu no chão, chorando. Viúvas das vítimas fatais também estiveram no local. (Com agências)

CONTINUA

▼ Leia amanhã

Sem trabalho e lazer, vítimas do desastre acumulam dívidas e entraram em depressão.

▼ www.gazetaonline.com.br

Confira mais relatos de afetados pela lama e veja vídeos do distrito de Bento Rodrigues um ano após o rompimento da barragem.

ELVIRA NASCIMENTO/AE



Manifestantes se sujaram de lama para lembrar as vítimas

ESCALADA COLATINA/DIVULGAÇÃO



Faixa lembra a lama

Em Colatina, no Estado, mais de mil pessoas participaram de uma caminhada em memória à tragédia. Uma enorme faixa marrom, representando a lama e os peixes mortos, foi carregada durante todo o trajeto.

Ministério Público quer punição por “acordão”

≈ O Ministério Público de Minas Gerais estuda responsabilizar a Vale, a BHP Billiton, a Samarco e o governo estadual por eventuais prejuízos causados pelo acordo extrajudicial estabelecido entre as empresas e os órgãos públicos em março deste ano.

Apesar de a homologação ter sido suspensa pela Justiça Federal em julho, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) conti-

nua sendo seguido pelos integrantes e é apontado por atingidos e pelo Ministério Público como “escudo protetor” das empresas.

A tragédia completou um ano ontem. Para o MPE, o acordo criou uma brecha que vem permitindo que os processos fiquem “estacionados” na Justiça Federal aguardando julgamento de competência. (AE)